

Sete Grandes Desafios da Economia da Informação



6^a Posição do
Grupo de Alto Nível
da APDSI

Lisboa, 2 de Julho de 2008

apdsi

associação para a
promoção e desenvolvimento
da Sociedade da Informação

INTRODUÇÃO

Na sequência do estudo “Os Desafios da Economia da Informação”, a Direcção da APDSI propôs ao Grupo de Alto Nível (GAN) que identificasse e debatesse os principais desafios que se colocam à economia da Sociedade da Informação.

Aceitando o repto, os membros do Grupo analisaram os sessenta desafios que tinham sido identificados no estudo referido e consideraram sete da maior relevância para a construção e funcionamento da Sociedade da Informação.

A economia da Sociedade da Informação, ou seja, a economia da Informação, caracteriza-se principalmente pela dimensão económica do seu sector da informação, pela importância que assumem a informação e os sistemas de informação nas cadeias de valor, pelas especificidades dos produtos e serviços da informação bem como dos seus mercados, pelo investimento em capital da informação, e pelos impactos do crescimento do sector da informação no emprego, na produtividade e na distribuição do rendimento.

O sector da informação engloba todas as actividades da informação, nomeadamente todos os processos e sistemas de informação com relevância económica, e gera a maior parte do produto ou valor acrescentado pelas cadeias de valor nas sociedades da informação.

As cadeias de valor incorporam cada vez mais sistemas de informação. Esses sistemas produzem e distribuem as informações que permitem melhorar a gestão e a produtividade das cadeias de valor, isto é, dos processos de produção e distribuição de bens e serviços. Na Sociedade da Informação, os processos de produção agrícolas e industriais são melhorados, substancialmente, através de sistemas de informação mais inteligentes.

É óbvio que devemos reconhecer o valor económico da informação e promover a capacidade de construção e gestão de sistemas de informação.

Muitos dos produtos e serviços (*software*, I&D...) que fazem parte dos sistemas de informação das cadeias de valor, têm custos de concepção elevados e custos marginais de produção e distribuição tendendo para zero. São facilmente reproduzidos, podendo ser consumidos simultaneamente por múltiplos consumidores. Beneficiam muitas vezes do efeito de rede, o qual conduz os consumidores a optar pelos mesmos produtos e serviços. Esta opção dos consumidores tende a gerar situações de monopólio ou oligopólio nos mercados. Criam-se também mercados de concorrência monopolística, isto é, mercados onde do lado da oferta pequenas, médias e grandesque os seus produtos e serviços para aprisionar os consumidores. Os mercados dos produtos e serviços da informação têm muitas especificidades importantes sendo de realçar o elevado nível de conhecimentos exigidos aos agentes económicos que oferecem e procuram os bens e serviços da informação. Sem os conhecimentos necessários, muitos agentes económicos (consumidores, empresas, serviços de administração pública ou organismos não governamentais) ficam impossibilitados de utilizar os bens e serviços da informação, criando-se a discriminação digital.

Para evitar a discriminação digital é indispensável promover a qualificação dos agentes económicos.

O investimento no sector da informação promove o crescimento da Sociedade da Informação. Este investimento, incidindo principalmente em tecnologias da informação e comunicação (TIC), garante o desenvolvimento dos sistemas de informação geradores da inteligência e do aumento da produtividade das cadeias de valor.

Consequentemente, investir nas TIC é uma condição fundamental para promover o desenvolvimento económico e social na Sociedade da Informação. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) mostram que no ano 2000 os Estados Unidos investiam 31,4% do seu total de investimentos em equipamentos TIC, a Finlândia 29,4%, a Austrália 22,5%, o Reino Unido 22,0%, a Suécia 21,6%, o Canadá 21,4% e a Holanda 20,9%. Todos estes países investiam mais de 20% do total da Formação Bruta de Capital Fixo nas TIC, enquanto Portugal investia 11,4% e a Espanha 10,1%. Se Portugal investisse 30% do total do seu volume de investimentos em equipamentos TIC, isso poderia corresponder actualmente a mais de 10 mil milhões de euros. No entanto, Portugal vai, provavelmente, continuar a dedicar grande parte do volume de investimento à produção e distribuição de bens e serviços da sociedade industrial clássica e, nomeadamente, à construção civil. Vai certamente continuar a multiplicar o número de habitações, com a agravante de não garantir a cada família uma habitação condigna, quando, de acordo com os censos de 2001, existiam 1,35 habitações por família e, entre 2001 e 2006 foram construídos mais cerca de 500 000 fogos novos o que, mantido o total da população, eleva o número de habitações por família para, pelo menos, cerca de 1,5. Contrariamente ao esperado, a multiplicação de construções constitui um erro quando a oferta excede significativamente a procura, isto é, quando há sobreprodução. Tal erro pode ser gerador de crise financeira ou mesmo económica. A alternativa consiste em investir na produção e distribuição de bens e serviços da Sociedade da Informação, nomeadamente, em tornar as casas mais inteligentes, isto é, adaptar ou produzir casas dispendo de sistemas de informação que melhorem a qualidade de vida e contribuam para o aumento dos conhecimentos das famílias. No entanto, esta mudança no sentido da Sociedade da Informação pressupõe a existência de consumidores que têm capacidade para procurar os bens e serviços do sector da informação.

Investir nas tecnologias da informação e comunicação permite criar os empregos da Sociedade da Informação

Na transição da Sociedade Industrial para a Sociedade da Informação geram-se desequilíbrios macroeconómicos entre a procura e a oferta de bens e serviços e entre a procura e a oferta de emprego. Esta transição é principalmente caracterizada pelo crescimento do sector da informação, resultante do aumento da oferta e procura dos bens e serviços de informação, verificando-se importantes efeitos no emprego, na produtividade e na distribuição do rendimento. As empresas e as administrações públicas são obrigadas a adaptarem-se rapidamente ao processo de transição, construindo os seus sistemas de informação com base nas TIC. No entanto, as pequenas e médias empresas (PME) portuguesas – as quais constituem a grande maioria das empresas e que são responsáveis por uma grande parte do emprego e do valor acrescentado – não dispõem dos recursos necessários (informação, formação, capitais...) para desenvolverem os seus sistemas de informação e actuarem plenamente na Sociedade da Informação.

Por tudo isso é fundamental, através de formação e informação, preparar as PME da Sociedade da Informação.

Finalmente, devemos considerar a importância que assume a informação de administração pública e, consequentemente, os seus sistemas de informação.

É, portanto, necessário melhorar a governação da Administração Pública (AP), nomeadamente a sua capacidade de gestão do investimento em tecnologias da informação e comunicação.

Essa governação deve procurar que a definição e aplicação de políticas, modelos e soluções sejam o mais possível comuns a todas as organizações da AP.

É convicção do GAN de que os sete desafios colocados pela economia da informação, e que são apresentados a seguir, devem ser enfrentados muito afirmativamente, e de forma ofensiva e não defensiva.

PARTE I DESAFIOS

DESAFIO #1

Reconhecer o valor económico da informação e promover a capacidade de construção e gestão de sistemas de informação

Todas as actividades humanas, nomeadamente, as actividades económicas envolvem conhecimento e informação. Envolvem conhecimento para poderem ser compreendidas e executadas e envolvem informação para serem planeadas, controladas e contabilizadas. Poderíamos dar muitos exemplos do impacto económico da informação. Um deles é o impacto no rendimento pessoal ou de uma família do custo da informação envolvida ou a envolver na obtenção de uma disciplina, de uma licenciatura, de um mestrado ou de um doutoramento. Um outro, pode ser o custo da produção e distribuição da informação (de planeamento, de controle ou contabilística) associada a um processo agrícola ou industrial ou utilizada na gestão de uma empresa. Poderíamos, também, pensar nas consequências económicas resultantes da informação produzida (a partir dos dados e modelos utilizados) e veiculada no estudo da Autoridade da Concorrência sobre o mercado de combustíveis, a qual poderá dar origem a decisões do Governo que se repercutirão nas estruturas de produção e, conseqüentemente, na redistribuição de rendimentos, bem como nas estruturas do mercado. E, se os dados e os modelos em que estudo se baseou envolvessem outras variáveis, a informação veiculada seria diferente e fundamentaria outras decisões com outro impacto económico. Isto significa que os processos de produção e distribuição de informações bem como a própria informação produzida e distribuída têm uma grande relevância e têm um grande impacto económico.

É portanto necessário reconhecer explicitamente o valor económico da informação, dado que a informação e as tecnologias que a suportam são elementos fundamentais em todas as actividades económicas.

Na Sociedade da Informação as actividades económicas são cada vez mais suportadas em sistemas de informação. O conceito de sistema de informação é um conceito nuclear da economia da informação e da Sociedade da Informação. Os sistemas de informação integram processos de produção e distribuição de informações e estes integram as actividades da informação.

Maus sistemas de informação criam indeterminação ou entropia e decisões erradas que prejudicam as actividades económicas. É portanto fundamental o aumento da capacidade para construir e gerir adequadamente os sistemas de informação que produzam e distribuam as informações certas e necessárias às actividades económicas, isto é, às actividades dos agentes ómicos.

Conseqüentemente, é indispensável implementar políticas que ajudem a melhorar os conhecimentos e a capacidade dos agentes económicos para planear, executar e controlar as actividades necessárias à construção, operação e manutenção dos seus sistemas de informação, visando incrementar a sua produtividade, eficiência e eficácia.

A preparação de profissionais altamente qualificados para intervirem em todo o ciclo de vida dos sistemas de informação (arquitectos da informação, analistas de sistemas, engenheiros de *software*, integradores, programadores, gestores...) é componente fundamental dessas políticas.

DESAFIO #2

Evitar a discriminação digital

Tendo em conta a complexidade dos produtos e serviços (redes de computadores, produtos e serviços de telecomunicações, *software* de base e aplicativo...) associados a muitos sistemas de informação, muitos consumidores e, sobretudo, PME podem ser facilmente discriminadas. Os agentes económicos que não possam melhorar os seus conhecimentos ou não tenham capacidade para implementarem e utilizarem os sistemas de informação necessários para a execução das suas actividades podem ficar numa situação de excluídos da economia e da Sociedade da Informação.

Por outro lado, os mercados tradicionais dos produtos culturais, educacionais e de entretenimento – cujos produtos oferecidos são livros, jornais, revistas, filmes, espectáculos de teatro, concertos e bailado, gravações em CD ou DVD, jogos vídeo, telejornais, séries, e muitos outros programas de TV e rádio bem como produtos de conteúdos de informação, publicitários, educacionais, culturais e de entretenimento – são mercados de massas de produtos digitais ou cujos produtos se digitalizam. Estes mercados devem ser acedidos pelo maior número possível de consumidores para evitar a discriminação digital.

No nosso país, onde ainda existe uma parte significativa de cidadãos iletrados, a situação de discriminação é preocupante e pode ser agravada se os cidadãos não tiverem acesso aos produtos educacionais e culturais digitalizados.

Conseqüentemente, é indispensável implementar políticas que garantam que os produtos educacionais e culturais chegam a todos os cidadãos, evitando que na fase de digitalização dos produtos e de transição para os novos mercados de produtos digitais, se desenvolvam situações de discriminação ou mesmo info-exclusão.

DESAFIO #3

Promover a qualificação dos agentes económicos da Sociedade da Informação

Os agentes económicos – independentemente de serem consumidores, empresas, serviços de administração pública ou outras organizações – para evitarem a sua discriminação digital precisam de saber construir e utilizar sistemas de informação criados com base nos produtos e serviços do sector da informação. Muitos destes produtos e serviços são baseados nas TIC. São fornecidos por empresas que tendem a actuar globalmente e são procurados pelos agentes económicos que os combinam, criando infra-estruturas em rede, para construir os seus sistemas de informação adaptados às necessidades dos seus processos. A construção e utilização de sistemas de informação exigem a qualificação dos agentes económicos.

A elevada educação e o elevado nível de conhecimentos, isto é, o elevado capital humano, medido, por exemplo, pela média dos anos de escolaridade e pelas horas de formação e treino, facilita a aprendizagem e a utilização das TIC, bem como de outras tecnologias e metodologias. Estes conhecimentos contribuem para uma maior produtividade do trabalho na economia da informação. Pode, portanto, concluir-se que na economia da informação é fundamental uma elevada educação e um elevado nível de conhecimentos da população activa de modo a assegurar o aumento da produtividade através da adopção de tecnologias e das metodologias próprias da economia da informação.

Em Portugal, a taxa de cobertura de banda larga, medida pela percentagem de população coberta (94% em 2006), é muito significativa colocando Portugal em 9º lugar no 'ranking' dos países da União Europeia (89% – média dos 27 países). No entanto, a taxa de utilização destes meios é muito inferior (35% da população utilizava regularmente a Internet em 2007) relegando Portugal para 22º e muito pior lugar (sendo a média dos 27 países da União Europeia superior a 50%). Este exemplo mostra que, no nosso país, os cidadãos precisam de mais qualificações e recursos para poderem usufruir do investimento efectuado e da Sociedade da Informação.

Estes dados mostram também que o investimento em capital humano e capital físico 'têm que andar de mãos dadas', isto é, o investimento em aptidões, conhecimentos, competências e outros atributos tem que ser associado ao investimento nas tecnologias da informação e da comunicação.

Assim, torna-se necessário qualificar os cidadãos de modo a poderem procurar os produtos e serviços do sector da informação e usufruir da Sociedade da Informação.

DESAFIO #4

Investir nas tecnologias da informação e da comunicação

O investimento é a variável chave do desenvolvimento económico e social. Sem investimento não se cria capacidade de produção de bens e de serviços para a satisfação das necessidades humanas. A criação de capacidade de produção e distribuição dos bens e dos serviços passa agora pela incorporação de mais inteligência – informação e conhecimento – nos processos de produção e distribuição e nos produtos e serviços. Digamos que o aperfeiçoamento da Sociedade Industrial obriga a criar a Sociedade da Informação, tal como o aperfeiçoamento da Sociedade Agrícola obrigou a criar a Sociedade Industrial.

É hoje muito importante implementar uma política que fomente investimentos nas indústrias e nos serviços TIC bem como nas indústrias de conteúdos, de modo a que se maximize o valor acrescentado pelo sector da informação e pelos outros sectores económicos. A incorporação de mais inteligência nos processos de produção e distribuição (produção assistida por computadores, comércio electrónico, governo electrónico...) bem como nos produtos (casa inteligente...) e serviços (telecomunicações de nova geração...) faz-se através de investigação e desenvolvimento bem como da aplicação das novas tecnologias, isto é, através do desenvolvimento de novos sistemas de informação aplicados aos processos, produtos e serviços. O investimento na investigação e desenvolvimento e nas TIC conduz à inovação dos processos, produtos e serviços.

Do ponto de vista económico, o investimento constitui um custo que deve originar benefícios superiores a esse custo. Isto implica que investir nas TIC deve ser um processo conduzido com todo o rigor, isto é, deve constituir um projecto ou um programa de investimento rigorosamente avaliado do ponto de vista dos custos e dos benefícios e da oportunidade da sua realização.

Poder-se-ia acrescentar que para promover o investimento nas TIC é necessário elaborar uma política económica que facilite e promova a transição dos mercados tradicionais de produtos e serviços inflexíveis para mercados de produtos e serviços baseados na tecnologia digital, isto é, produtos e serviços inteligentes e adaptáveis à procura, aumentando o valor acrescentado pelo sector da informação.

Uma outra grande necessidade consiste então em realizar investimento em investigação e desenvolvimento e na infraestrutura tecnológica da informação – através de projectos viáveis, isto é, projectos que disponham das necessárias competências adequadamente formadas e sejam capazes de gerar o retorno do capital ou poupança investida – com vista à inovação, ao progresso tecnológico e ao crescimento do sector da informação e da economia.

O crescimento do sector da informação, isto é, o crescimento das indústrias TIC, das indústrias de conteúdos e dos serviços TIC, multiplica os produtos e serviços de informação bem como os seus mercados com vista à satisfação das necessidades.

DESAFIO #5

Criar os empregos da Sociedade da Informação

O investimento no sector da informação, nomeadamente, a introdução das TIC os processos produtivos, eliminando os empregos que já não são necessários (criando o desemprego e reforçando a importância da segurança social) e gerando novos empregos exigidos pelos novos processos produtivos (criando o emprego). O resultado líquido da criação e da destruição de empregos origina impactos sociais positivos ou negativos. Consequentemente, é importante políticas que contribuam para que a criação de empregos, resultante do investimento no sector da informação, seja superior à eliminação de empregos e para que se formem os recursos humanos necessários ao preenchimento dos novos empregos.

Os novos sistemas de informação, que transformam os processos produtivos e o emprego, são custos dos processos de produção e distribuição de bens e serviços. No entanto, existem múltiplos exemplos que demonstram que a reengenharia dos processos, produtos e serviços resultantes da aplicação e integração dos novos sistemas de informação conduz muitas vezes à redução do custo total desses processos, produtos e serviços.

Assim, é necessário aumentar a capacidade de gestão no sentido de garantir que os investimentos em TIC optimizam os processos produtivos e a utilização dos factores de produção (capital, trabalho, informação, conhecimentos, outros).

Torna-se, também, necessário adequar os sistemas de formação às exigências dos processos de produção e distribuição de bens e serviços resultantes do progresso técnico e garantir a alteração das áreas disciplinares e a formação das competências, para responder às necessidades dos mercados de emprego da economia da informação.

Também muito importante, é assegurar os equilíbrios macroeconómicos, nomeadamente, o equilíbrio entre a procura e a oferta de bens e serviços (com maior proporção de bens e serviços do sector da informação) e o equilíbrio entre a procura e a oferta de empregos (com mais empregos do sector da informação). corrigir os desequilíbrios e obviar às situações económico-sociais negativas são necessárias novas políticas de emprego.

Assim, é indispensável estabelecer e implementar políticas que contribuam para que a criação de emprego, resultantes do investimento no sector da informação, seja superior à eliminação de emprego e para que se formem os recursos humanos necessários ao preenchimento dos novos postos de trabalho.

DESAFIO #6

Preparar as PME da Sociedade da Informação

Na Sociedade da Informação, os agentes económicos, nomeadamente as PME, devem estar preparados para adquirir e utilizar os bens e serviços fornecidos pelo sector da informação.

Os novos produtos e serviços do sector da informação permitem a interoperabilidade e a integração dos sistemas de informação e dos sistemas industriais, bem como a robotização destes, isto é, permitem a construção de redes digitais programáveis que fornecem os produtos e serviços personalizados adaptados às necessidades dos consumidores. Muitos dos mercados deixam de ser dominados pela oferta de produtos e serviços inflexíveis dirigidos a uma procura de massas e passam a ser fragmentados, isto é, os produtos tendem a ser personalizados de acordo com as exigências dos consumidores.

Muitos dos produtos e serviços do sector da informação são fornecidos por empresas que tendem a actuar globalmente. De um modo geral, os mercados dos produtos e serviços do sector da informação são caracterizados por terem do lado da oferta algumas grandes empresas globais, em muitos casos acompanhadas por muitas PME, capazes de personalizarem os produtos e serviços requeridos pela procura.

Com base nos produtos e serviços do sector da informação, as PME podem criar as condições para actuarem globalmente, num vasto mercado sem fronteiras. Acresce que estas empresas têm, em princípio, maior flexibilidade para se integrarem e personalizarem os produtos e serviços em função das necessidades específicas de cada consumidor. As PME precisam de fazer a reengenharia dos seus processos de modo a garantirem a inovação, a personalização dos seus produtos e serviços bem como as transacções em linha à escala global. Os seus produtos e serviços, colocados nos mercados, devem permitir obter receitas que excedam os custos, assegurando a remuneração dos factores de produção. Para tal, precisam de desenvolver ou integrar sistemas de informação que permitam çar níveis de procura que assegurem os rendimentos necessários para cobrir os riscos e os custos de inovação bem como para sobreviverem nos mercados.

Portanto, uma grande exigência da economia da informação, consiste em preparar as empresas, especialmente as PME, para realizarem a reengenharia dos seus processos de modo a poderem oferecer os seus produtos e serviços, tirando vantagem das transacções em linha e da globalização.

DESAFIO #7

Melhorar a governação da Administração Pública

O investimento em produtos e serviços por parte de entidades públicas, no sentido de desenvolver a “AP electrónica”, transforma os processos de administração pública e tem um importante impacto nas relações das entidades governamentais com os cidadãos e as empresas. Muitos dos processos de administração pública são agora suportados por sítios e serviços Internet. Estes sítios e serviços estão localizados em servidores acedidos pelos utentes dos serviços de administração pública. Estes novos serviços digitais colocam à disposição e recolhem dos cidadãos e das suas organizações a informação necessária aos processos de administração pública.

Os produtos e serviços podem melhorar substancialmente os sistemas de informação e os processos de administração pública. Por exemplo, os investimentos TIC que aperfeiçoam os sistemas de informação e melhoram os processos de educação e de cuidados de saúde podem contribuir directamente para aumentar o nível de educação ou os níveis de saúde das populações. Podemos também dar como exemplos as práticas de tele-trabalho, tele-formação ou as reuniões em vídeo-conferência que podem contribuir para evitar deslocações, as quais se tornarão desnecessárias, ajudando a reduzir a poluição e a entropia ou indeterminação resultante do congestionamento da sociedade bem como os custos dos transportes e combustíveis.

Um outro grande benefício do investimento em produtos e serviços TIC resulta da possibilidade de construir sistemas de informação interoperáveis para suportar a integração de processos de administração pública dependentes de diferentes serviços e Ministérios. A interoperabilidade de sistemas de informação permite combater a burocracia, automatizando e interligando procedimentos e processos de vários serviços de administração pública.

No entanto, para que os benefícios do investimento em produtos e serviços sejam possíveis é preciso desenvolver os sítios e serviços digitais, o tele-trabalho, a tele-formação, a videoconferência ou construir a interoperabilidade dos sistemas de informação bem como muitos outros projectos. Todas estas iniciativas exigem elevadas capacidades técnicas e de gestão e todos estes projectos devem ser enquadrados na arquitectura de administração pública adoptada.

Assim, uma outra importante exigência consiste em melhorar a governação da Administração Pública e, dada a relevância dos seus sistemas de informação, melhorar a gestão do investimento em tecnologias da informação e comunicação.

É crucial que a governação a que nos referimos seja assegurada de forma continuada e adequadamente estruturada, ainda que isso contrarie a habitual tendência política de se limitarem importantes responsabilidades de gestão e de governação da “coisa pública” à duração de uma legislatura ou de um determinado governo como se o assunto só tenha interesse durante a vigência das políticas desse governo.

Face aos grandes desafios colocados pela economia da informação, o Grupo de Alto Nível da APDSI recomenda a todos os responsáveis pelas políticas nacionais relacionadas com o processo de construção da Sociedade da Informação e a todos os responsáveis da Sociedade Civil que promovam, de forma estruturada e continuada:

1. O conhecimento sobre a economia da informação e sobre a construção e gestão de sistemas de informação;
2. A qualificação dos agentes económicos para evitar a discriminação digital e a info-exclusão;
3. O aumento do investimento nas TIC e a criação de novas cadeias de valor e de novos postos de trabalho, exigidos pela economia da informação;
4. A adaptação das PME à economia da informação, apoiando-as adequadamente;
5. A melhoria da governação da Administração Pública com base nas TIC, assegurando, como parte integrante, a governação das TIC no conjunto da AP.

PARTE II RECOMENDAÇÕES

1. No estudo “Os Desafios da Economia da Informação”, o sector da informação é definido como o conjunto de todas as actividades da informação, isto é, todas as actividades das indústrias TIC (actividades de produção de hardware e software), todas as actividades das indústrias de conteúdos (actividades de produção de produtos informativos, educacionais, culturais e de entretenimento) e todas as actividades dos serviços TIC (actividades de distribuição e manutenção de hardware e software, actividades de distribuição de conteúdos, actividades dos serviços de investigação e desenvolvimento, actividades dos serviços de telecomunicações e actividades dos serviços de construção, operação e manutenção de sistemas de informação). Esta definição é formulada tendo em conta os trabalhos de Fritz Machlup, Marc Uri Porat, Uday Apte, Hiranya K. Nath, Uday Karmakar bem como da OCDE, nomeadamente, do seu trabalho pioneiro “Les Activités d’Information, de l’Electronique et des Technologies des Télécommunications”; PIIIC; Organisation de Coopération et de Développement Economiques; Paris; 1981”.

2. “ICT equipment is defined here as computer and office equipment and communication equipment; software includes both purchased and own account software”. Fonte: “OECD; estimates based on national accounts; data underlying Colecchia and Schreyer (2001) and Van Ark, et al. (2002)”.

3. De acordo com os resultados dos Censos de 2001 existiam em Portugal 3 734 056 famílias e 5 036 149 alojamentos

4. Como é demonstrado pela actual crise financeira. Com efeito, e em termos gerais, as consumidores americanas foram levadas a comprar casas com base no pressuposto errado (informação falsa) de que os preços subiriam sempre e os compradores venderiam as casas compradas sempre com uma ‘mais-valia’. Isto é, estariam sempre em condições de reembolsar os créditos hipotecários. Quando o excesso de produção imobiliária não encontrou mais procura, os preços caíram (“rebetamento da bolha imobiliária”). Os compradores que tinham comprado casa para a venderem a um preço mais elevado e reembolsarem os créditos não o puderam fazer, gerando a crise financeira.

5. Cujo conteúdo desconhecemos...

6. http://ec.europa.eu/information_society/eeurope/i2010/docs/annual_report/2008/sec_2008_470_Vol_3.pdf

O GRUPO DE ALTO NÍVEL DA APDSI

O Grupo de Alto Nível (GAN) tem a missão de facultar à Direcção da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, de forma sistemática e continuada, uma avaliação qualitativa e quantitativa da acção dos Órgãos de Soberania e de outras iniciativas relevantes na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O GAN conta como principais padrões de referência: programas eleitorais, as Grandes Opções do Plano e o programa do Governo, estudos e estatísticas nacionais da Comissão Europeia, da OCDE, da UNESCO, e outros documentos que se julguem pertinentes.

O GAN é composto por um pequeno número de membros seleccionados individualmente pela Direcção da Associação, e que aceitam colaborar com a APDSI, colocando o seu conhecimento, a sua experiência e esforço individual ao serviço da comunidade nacional.

O grupo é actualmente composto por: Afonso Cascão; Alberto Sant'Ana Godinho; António Brandão Moniz; António Carlos Santos; António Dias de Figueiredo; Joaquim Alves Lavado; José Dias Coelho; José Gomes Almeida; José Tribolet; Luís Amaral; Margarida Pires; Paulo Nordeste; Paulo Querido; Pedro Souto; Rui Magalhães Baião; Vicente Gaspar Pires.

A experiência e as responsabilidades profissionais dos membros constituem o principal valor do GAN — procurando-se que estejam representados vários sectores da economia e da sociedade portuguesas.

O GAN produz periodicamente um documento de posição sobre um tema de interesse nacional, procurando-se sempre que o mesmo seja pertinente, actual e relevante relativamente à Sociedade da Informação.

A acção do GAN constituirá uma colaboração competente e interessada, ajudando a melhorar e/ou ajustar acções que se estejam a desenvolver ou a planear e que tenham impacto na Sociedade da Informação.

Essa acção é levada a cabo numa manifestação clara de cidadania e aderindo naturalmente aos objectivos da APDSI.

OS OBJECTIVOS DA APDSI

A APDSI tem por objecto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal.

Para a prossecução do seu objecto, a Associação poderá desenvolver todas as actividades que julgue necessárias ou convenientes, nomeadamente:

- Informar, aconselhar e apelar para o Estado em questões políticas e legais relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- Informar os cidadãos, empresas e outras entidades em questões relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- Contribuir para o combate à info-exclusão;
- Apoiar e desenvolver actividades que façam chegar os benefícios da Sociedade da Informação ao maior número possível de cidadãos;
- Promover e dinamizar projectos de utilidade pública no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Em harmonia com estes objectivos, a Visão da APDSI é a de Portugal ser um país na frente do desenvolvimento mundial da Sociedade da Informação e do Conhecimento e em que todos, sem distinção de classe social, de nível educacional, de deficiências físicas ou mentais, de idade ou de outros factores, possam ter acesso aos benefícios da Sociedade da Informação.

CONTACTOS DA APDSI

APDSI - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Madan Parque - PCTAS, Edifício VI

Campus da Caparica, Monte de Caparica

2829-516 Caparica - Portugal

Tel. +351 212 949 606 • Fax: +351 212 949 607

e-mail: secretariado@apdsi.pt • URL: www.apdsi.pt

**PATROCINADORES
GLOBAIS**



Microsoft

Millennium
bcp

UNISYS

ERICSSON